

35º Encontro Anual da Anpocs

GT 16 – Grupos Dirigentes e estruturas
de poder

**Entre interesses nacionais e internacionais:
a atuação dos sindicalistas metalúrgicos
brasileiros no espaço sindical mundial**

Kimi Tomizaki (USP)

kimi@usp.br

Introdução

Os dados e reflexões que serão apresentados nessa comunicação são resultados parciais de duas pesquisas ainda em curso, que têm como objetivo central analisar as novas configurações das práticas sindicais das lideranças da categoria metalúrgica da região do ABC Paulista, mais especificamente dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista (SMABC), entre os anos 1970 e 1990. A discussão sobre tais mudanças tem se orientando em torno de duas dimensões desse mesmo fenômeno: de um lado, na nova configuração do campo sindical brasileiro e internacional e, de outro, nas possibilidades abertas (ou fechadas) por tais transformações no que tange ao "aprendizado do político" e ao desenvolvimento de diferentes trajetórias militantes.¹

Sem dúvida alguma, as transformações ocorridas nas organizações sindicais e suas causas têm constituído um importante objeto de estudo nos últimos anos, em especial na sociologia do trabalho e, embora as interpretações dadas a esse processo possam variar consideravelmente, indo de um processo de decadência irreversível do sindicalismo a um refluxo conjuntural, os especialistas tendem a concordar que os sindicatos têm enfrentado um processo importante de "mutação", cujos aspectos mais evidentes podem ser identificados tanto na composição de suas pautas de reivindicação e campo de atuação, quanto em suas práticas e estratégias. (Santana & Ramalho, 2003; Rodrigues, 1997 e 2001 e Rodrigues, 1999) No interior das pesquisas brasileiras, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC pode ser considerado como um caso particularmente interessante de análise dada sua trajetória pouco comum no interior da história do movimento sindical em nosso país, com destaque para sua capacidade de criar respostas inovadoras diante de novos cenários econômicos e políticos. Nacional e internacionalmente conhecida como fundadora do chamado "novo

¹ Projeto "Socialização e Política: um estudo sobre a formação de disposições para a militância entre membros da classe operária" (auxílio individual à Pesquisa - Processo FAPESP: 2009/11312-8), Projeto Temático "*Circulação Internacional e Formação dos Quadros Dirigentes Brasileiros*", coordenado pela Profa. Letícia Bicalho Canêdo da Faculdade de Educação da Unicamp (processo FAPESP: 2006/56499-0).

sindicalismo", essa entidade voltou a se destacar, a partir dos anos 1990, como idealizadora de um novo modelo de ação sindical, sumariamente identificado como "sindicato cidadão", como discutiremos a seguir.

A discussão que será aqui apresentada se insere num exercício, já expresso em outras publicações, que procura não assumir os sindicatos como instituições coerentes e homogêneas, cujas ações possam ser toadas como objetos de análise em si, sem que se leve em conta os atores que as produziram e o espaço social e político no qual eles estão inseridos. Dito de outra forma, que o sindicato não pode ser pensado como uma coisa, nem coisas sucessivas, mas como o produto objetivado de uma prática incessantemente em jogo. (Pudal, 1989). Sendo assim, as alterações ocorridas no mundo sindical serão submetidas a uma reflexão que, menos do que descrever e analisar as alterações das estratégias institucionais dos sindicatos, tem como objetivo central restituir a textura e a produção do laço invisível que associa os agentes nessa cooperação concorrencial que é o engajamento ou a militância política. (Tomizaki & Rombaldi, 2009)

“O militantismo (...) é um processo extremamente complexo, no qual se combinam diferentes histórias: a história das origens sociais e das socializações específicas daqueles que militam; do sistema escolar e de seu lugar na sociedade; dos próprios recursos físicos, intelectuais e psicológicos desses sujeitos; também dos contextos de investimentos militantes; e, finalmente, a história dos riscos e das etapas de uma carreira militante. Desse ponto de vista, as análises "biográficas" tornam-se cada vez mais complexas: elas devem - do meu ponto de vista - associar a prosopografia (biografia coletiva, ou melhor, biografias coletivas, "famílias de trajetórias") com o "singular", no qual podemos considerar tipos de investimentos sociais e psicológicos variáveis segundo os indivíduos. A dificuldade é assegurar as duas extremidades dessa "linha explicativa" (o coletivo e o singular), sobretudo, quando as fontes que permitem o acesso ao mais "singular" são raras e delicadas para se analisar. Além disso, é preciso estudar as carreiras militantes. A sociologia das carreiras (Becker, Huges, Anselm Strauss) aplicada às histórias de militantes é um campo de pesquisa em pleno desenvolvimento, que permite acompanhar as diferentes fases das carreiras militantes, com o seu conjunto de bifurcações ou modos de investimentos - até o desinvestimento, isto é, o desengajamento.” (Pudal, 2009:133)

Seguindo essa lógica, as pesquisas que estamos conduzindo foram concebidas, do ponto de vista metodológico, como uma combinação entre a abordagem biográfica e a prosopográfica. De acordo com Bourdieu, os acontecimentos biográficos devem ser pensados como colocações e deslocamentos no espaço social. *“O que equivale a dizer que não podemos*

compreender uma trajetória (...) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço de possíveis.” (Bourdieu, 1998:164) Assim, nesta pesquisa a abordagem biográfica será constituída em articulação com os dados prosopográficos, que situarão as trajetórias individuais em um conjunto maior de histórias e em uma determinada estrutura e composição do espaço social e político no qual elas se desenvolveram. (Bourdieu, 1993)

A prosopografia ou biografia coletiva é um método que foi desenvolvido, sobretudo, por pesquisadores da história antiga e medieval, que, entretanto, se desenvolveu significativamente, nos últimos quarentas anos, em história moderna e contemporânea, tendo sido incorporada também pelas ciências sociais. *“Seu princípio é simples: definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise.”* (Charle, 2006:41) Uma vez reunida a documentação, o exame dos dados pode recorrer a técnicas múltiplas, quantitativas ou qualitativas. Sendo assim, a prosopografia busca revelar as características comuns de um determinado grupo social em um período histórico específico, por meio da coleta de seus dados biográficos. E, na medida em que revela tais características, a prosopografia possibilita a observação dos grupos sociais em suas dinâmicas internas (atuação, mecanismos de recrutamento, seleção e reprodução social) e em seu relacionamento com os outros grupos e com o espaço do poder mais amplo no qual ele se insere. (Burke, 1991)

Tendo em vista, alcançar esse entendimento a cerca do grupo estudado, o questionário prosopográfico elaborado para essa pesquisa foi organizado em função dos seguintes eixos: (i) Família e o processo de socialização primária; (ii) Escolarização e profissionalização; (iii) Ingresso e percurso no mercado de trabalho; (iv) Trajetória como militante; (v) Formação e eventual recomposição familiar.

A localização dos telefones, endereços ou informações sobre os ex-diretores que compõem a população em estudo foi um processo trabalhoso e lento. Por meio dos arquivos colocados à disposição do público no site www.abcdeluta.org.br – site oficial do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC) sobre a memória da categoria – foi organizada uma lista com nomes e fotos de todos os membros das 10 diretorias do SMABC entre 1972 e 2002. A partir disso, iniciamos o processo de identificação e localização desses ex-diretores por meio dos contatos já estabelecidos durante a pesquisa de doutorado no SMABC e na Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM). A Associação dos Metalúrgicos Anistiados do ABC (AMAA) também teve um papel fundamental nesse processo. Em função da dificuldade em se encontrar os diretores dos anos 1970, frequentamos alguns eventos promovidos pela AMAA ou que tiveram a participação dessa entidade, como uma sessão extraordinária da Câmara dos Vereadores de São Paulo, que realizou uma homenagem a diferentes grupos de anistiado políticos, em abril de 2011. Nesses eventos, nossa estratégia era levar várias listas dos diretores com nomes e fotos e passar entre os participantes, solicitando que, caso eles tivessem contato de algum ex-diretor, anotassem na lista ou nos procurassem durante o evento. Essa estratégia foi muito importante porque além de nos aproximar de alguns “depoentes privilegiados” e permitir a localização de vários ex-diretores, também possibilitou o acesso a informações mais detalhadas sobre o modo como estava organizado o campo sindical no ABC nos anos 1970. Graças ao grupo que milita na AMAA também conhecemos alguns membros da oposição sindical e diretores de base que se destacaram na organização do movimento operário, sem terem chegado à direção do SMABC.

O conjunto dos diretores do SMABC entre as três décadas estudadas é formado por 138 indivíduos, dos quais 48 compõem o banco de dados prosopográficos, desses 07 já haviam sido “biografados” pela imprensa sindical ou em diferentes publicações e 41 foram entrevistados para essa pesquisa; 28 faleceram ou estão doentes (sendo que um deles entrou no banco de dados graças à colaboração de sua viúva); 36 não foram localizados e 26 foram localizados, mas ainda não puderam conceder a entrevista. A distribuição por décadas ficou assim:

Décadas Estudadas	1970	1980	1990
Total de Diretores	40	50	48
Entrevistados ou biografados	9	26 ²	13
Falecidos ou doentes	16	8	5
Não encontrados	11	9	16
Contatados, mas que ainda não puderam conceder a entrevista.	4	8	14

Os dados coletados ao longo dessa fase da pesquisa foram organizados em um banco de dados formado por 43 variáveis principais divididas em 05 eixos:

1. Origem familiar

- 1.1. Data de nascimento do entrevistado;
- 1.2. Local de nascimento do entrevistado;
- 1.3. Origem geográfica da avó materna;
- 1.4. Origem geográfica do avô materno;
- 1.5. Profissão da avó materna;
- 1.6. Profissão do avô materno;
- 1.7. Origem geográfica da avó paterna;
- 1.8. Origem geográfica do avô paterno;
- 1.9. Profissão da avó paterna;
- 1.10. Profissão do avô paterno;
- 1.11. Origem geográfica do pai;
- 1.12. Profissão do pai;
- 1.13. Escolaridade do pai;
- 1.14. Origem geográfica da mãe;
- 1.15. Profissão da mãe;
- 1.16. Escolaridade da mãe;
- 1.17. Religião da família

2. Escolaridade

- 2.1. Escolaridade atual
- 2.2. Idade que entrou na escola pela primeira vez
- 2.3. Quanto tempo ficou na escola?
- 2.4. Motivo da desistência
- 2.5. Idade em que retornou aos estudos?
- 2.6. Local onde retornou aos estudos

3. Qualificação Profissional

- 3.1. Fez SENAI?

² Como dito anteriormente, um dos ex-diretores falecido entrou no banco de dados, graças às informações fornecidas pela sua viúva, portanto ele consta como falecido e “entrevistado ou biografado” nessa tabela.

- 3.2. Qual curso do SENAI?
- 3.3. Qual a duração do curso no SENAI?
- 3.4. Fábrica em que trabalhou a maior parte da vida profissional
- 3.5. Função principal exercida durante a vida profissional

4. Trajetória de militância

- 4.1. Idade que começou a militar
- 4.2. Onde começou a militar?
- 4.3. O que motivou a entrada na militância?
- 4.4. Já se interessava por política antes de entrar para o sindicato?
- 4.5. Número de mandatos no sindicato dos metalúrgicos do ABC
- 4.6. Tarefas que mais gostava de cumprir no sindicato
- 4.7. Assumiu ou não outros cargos políticos (cargos eletivos, assessoria política)
- 4.8. Militou em outros espaços políticos?

5. Cônjuges e filhos

- 5.1. Escolaridade do cônjuge
- 5.2. Profissão do Cônjuge
- 5.3. Interesse do cônjuge pela política
- 5.4. Cônjuge apoiava a militância política?
- 5.5. Escolaridade dos filhos
- 5.6. Profissão dos filhos
- 5.7. Interesse dos filhos por política

O trabalho de composição e análise do banco de dados ainda se encontra em uma fase inicial, daí a escolha dessas primeiras variáveis com forte caráter descritivo. Apesar dessa limitação, é possível apresentar algumas tendências no que tange à composição social do grupo em questão.

Embora os nascimentos dos sujeitos dessa pesquisa estejam distribuídos ao longo de um período de quase trinta anos (o mais velho depoente nasceu em 1937 e o mais novo em 1964), a análise dos dados coletados até esse momento apontam para o fato de que trata-se de um grupo bastante homogêneo: não existem diferenças significativas nos atributos sociais dos diretores das três décadas aqui estudadas, sobretudo no que diz respeito à sua origem social e posse de capital escolar, cultural e social. O mesmo já não pode ser afirmado em relação às modalidades de experiência militantes vivenciadas pelo mesmo grupo, o que redundou em trajetórias que se diferenciam ao longo do tempo.

Trata-se de um grupo majoritariamente de migrantes, somente 37,5% nasceu no estado de São Paulo e desses somente 18,8% nasceu na cidade de São Paulo ou na região do ABC Paulista. Entre os estados de origem se destacam Minas Gerais (14,6%) e Bahia (18,8%). Os avós paternos e maternos são majoritariamente originários do Nordeste do país (em torno de 35%), embora haja um grupo significativo de imigrantes, sobretudo da Itália e Espanha (em torno de 20%). Seus avós eram trabalhadores rurais ou pequenos proprietários rurais (em torno de 70%) e as avós “donas de casa” (em torno de 60%), tendência que praticamente se repete em relação aos pais, o que demonstra a pouca mobilidade social entre essas duas gerações familiares. O grupo estudado, por sua vez, realizou uma significativa mobilidade social ascendente, o que pode ser observado em vários aspectos (acesso trabalho industrial, formal, estilo de vida e padrão de consumo), mas especialmente no que tange ao alongamento da escolaridade de uma geração a outra. Embora não tenhamos esse dado em relação aos avós, porque os depoentes desconheciam tal informação, é possível observar a “distância” entre o grupo estudado, seus pais e filhos no que tange à escolarização. Há, entre os pais, um número expressivo de analfabetos, sobretudo entre as mulheres (16,7% dos pais e 25% das mães), e de pais que sabiam ler e escrever ou possuíam somente o antigo primário (58,4% do pais e 43,7% da mães).

Embora os depoentes tenham tido uma trajetória escolar acidentada e descontínua, menos em função do chamado “fracasso escolar” e muito mais por conta da necessidade de trabalhar na infância, eles conseguiram alongar sua escolaridade depois de adultos. Sendo possível ainda observar que, ao longo das três décadas, os investimentos em educação foram aumentando entre os diretores do SMABC:

Escolaridade atual dos depoentes	Total		1970		1980		1990	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	48	100,0	10	100,0	26	100,0	12	100,0
Lê e escreve	1	2,1	0	0,0	1	3,8	0	0,0
Primário incompleto	3	6,3	2	20,0	1	3,8	0	0,0
Primário completo	7	14,6	5	50,0	2	7,7	0	0,0
Ensino fundamental incompleto	6	12,5	0	0,0	3	11,5	3	25,0

Ensino fundamental completo	12	25,0	1	10,0	8	30,8	3	25,0
Ensino médio incompleto	2	4,2	1	10,0	1	3,8	0	0,0
Ensino médio completo	2	4,2	0	0,0	1	3,8	1	8,3
Ensino superior incompleto	4	8,3	0	0,0	2	7,7	2	16,7
Ensino superior completo	9	18,8	1	10,0	6	23,1	2	16,7
Pós-graduação	2	4,2	0	0,0	1	3,8	1	8,3

O aumento no investimento de educação por parte desse grupo tem relação não somente com um movimento generalizado de aumento da escolarização da classe trabalhadora no Brasil, tributário tanto do processo de expansão das vagas no sistema público de ensino quanto do investimento/exigência das empresas na escolarização de seus funcionários nas décadas de 1980 e 1990, mas também com as alterações ocorridas no interior do próprio movimento sindical, no qual, nas últimas décadas, o capital escolar se tornou também um tipo de capital político, como veremos mais à frente. Entretanto, é em comparação com a escolaridade dos filhos que podemos ter uma real dimensão da mobilidade realizada entre essas três gerações, sobretudo levando em consideração que o nível de escolaridade alcançado pelos filhos é resultado, em sua maioria absoluta, de uma trajetória escolar regular:

Escolaridade dos filhos maiores de idade	Total		1970		1980		1990	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	116	100,0	27	100,0	65	100,0	24	100,0
Ensino médio incompleto	2	1,7	0	0,0	2	3,1	0	0,0
Ensino médio completo	25	21,6	10	37,0	10	15,4	5	20,8
Ensino superior incompleto	9	7,8	1	3,7	5	7,7	3	12,5
Ensino superior completo	64	55,2	13	48,1	39	60,0	12	50,0
Mestrado	2	1,7	0	0,0	2	3,1	0	0,0
Não respondeu	14	12,1	3	11,1	7	10,8	4	16,7

Como dito anteriormente, no que tange à origem social e a posse de capitais, os 48 diretores que compõem o banco de dados são muito próximos, entretanto, suas carreiras são significativamente diversas. Temos trabalhado com a noção de carreira militante para conseguirmos criar uma classificação em termos de “classes de trajetórias” ou “modalidades de carreiras”, que não

impliquem somente a observação da fase atual da vida dos militantes, mas que lance luz sobre as diferentes etapas de tais carreiras. *“Aplicada ao engajamento político, a noção de carreira nos permite compreender como, a cada etapa da biografia, as atitudes e comportamentos são determinados por atitudes e comportamentos passados e condicionam, por sua vez, o campo de possíveis futuro, situando assim os períodos de engajamento no conjunto do ciclo de vida [dos pesquisados].”* (Fillieule, 2001:12)

A maioria absoluta dos depoentes iniciou sua carreira como militante no próprio SMABC (87,3%), somente 11% iniciou sua militância no PT ou na Igreja Católica. Dos 48 sujeitos do banco de dados, 36 seguiram algum tipo de carreira política posterior à passagem pela direção do SMABC, a diversificação dessas carreiras guarda relação com o “lugar” ocupado pelo sindicato no campo político brasileiro e internacional e com a maneira como as trajetórias individuais puderam se desenvolver nesse contexto. Nesse sentido, é possível identificar ao longo das três décadas estudadas, três momentos diferentes do SMABC no que tange aos seus principais investimentos políticos, que, por sua vez, correspondem a um conjunto de modalidades de carreiras militantes.

Ao longo dos anos 1970, o SMABC realizou um movimento de intensificação da organização das campanhas salariais e, embora não tenha sido o deflagrador da onda grevista, foi hábil na condução da continuidade das greves e no fortalecimento do movimento operário do ABC. As lideranças que constituíram essa geração são identificadas e se identificam com uma geração marcada pela “radicalidade política” e práticas de confrontação direta contra o patronato, em uma configuração política desfavorável para o movimento operário em função do regime militar. Foi possível, por meio dos dados coletados, identificar nessa primeira década diferentes modalidades de carreira entre os diretores, em geral associadas a determinadas tomadas de posição dentro do campo sindical, que parecem ir das mais “radicais” às mais “conservadoras”: (i) *radicalidade política e desinvestimento no movimento sindical e partidário;* (ii) *moderação política e desengajamento precoce;* (iii) *radicalidade política, entrada na política partidária;* (iii) *moderação política e entrada na política partidária.*

A década de 1980, por sua vez, foi marcada pela consolidação das práticas do “novo sindicalismo”, bem como pelo investimento dos metalúrgicos na política partidária, por meio da participação em eleições, como candidatos do PT. Trata-se de um período de grande efervescência política no ABC e no olho do furacão estavam as lideranças da categoria metalúrgica. Pela primeira vez em sua história, a população brasileira assistiu à ascensão de operários a diferentes níveis de cargos eletivos (de vereadores a deputados federais). Nessa década, o investimento na política partidária foi central, entretanto, é possível observar também o início de uma diversificação das carreiras militantes entre os diretores SMABC, que poderiam ser assim distribuídas: *(i) moderação política e sucesso na política partidária (tipo de trajetória que, a partir de meados dos anos 1980, ficará reservada a um grupo muito pequeno); (ii) aquisição de experiência de trabalho sindical junto à base e profissionalização da militância por meio de assessoria ao PT, à CUT e ao próprio SMABC; (iii) radicalidade política, passagem rápida por cargos eletivos e desinvestimento na militância partidária e sindical, (esses ex-diretores podem ser distribuídos em um arco que vai do redirecionamento da militância política ao completo desengajamento); (iv) retorno à militância sindical no “chão da fábrica”; (v) ascensão a outras níveis do movimento sindical, tais como Confederação Nacional dos Metalúrgicos.*

Finalmente, os anos 1990 apresentaram novos desafios ao sindicalismo do ABC Paulista, o que resultou em profundas transformações nas práticas sindicais da categoria metalúrgica, em larga medida, impulsionadas pela crise que se abateu sobre a região e pelo processo de reestruturação produtiva implementado nas empresas. Grosso modo, poderíamos dizer que nessa década o SMABC realiza um movimento de ampliação do seu escopo de atuação, reduzindo o investimento na política partidária. Sendo assim, entre os diretores dos 1990 já não encontraremos a carreira de “sucesso na política partidária”, sendo que as modalidades de carreiras possíveis ficam divididas entre: *(i) profissionalização da militância por meio de assessoria ao PT, à CUT e ao próprio SMABC; (ii) retorno à militância sindical no “chão da fábrica”; (iii) ascensão a outras níveis do movimento sindical, com ênfase para a entrada no movimento operário internacional, no qual o capital escolar e o domínio de idiomas estrangeiros terá o peso de um capital político.* A ausência da posição

ideológica – radicalidade ou moderação – entre as tipos de carreira dessa década se justifica em função de que, a partir do fim dos anos 1980, vai ficando cada vez mais difícil realizar essa distinção com base nos depoimentos dos ex-diretores.

Nesse artigo, pretendemos discutir um tipo específico de trajetória, acessível a sindicalistas que se diferenciam do perfil majoritário do grupo estudado: trata-se de uma atuação voltada para o campo sindical internacional, cujo objetivo central é tomar parte (e, na medida do possível, liderar no âmbito da América Latina) a construção de uma agenda sindical global.

Vale destacar que, a aquisição de um capital internacional não pode ser entendida como uma estratégia central do grupo estudado para ascensão ou manutenção do seu poder, mas tem constituído uma estratégia importante de um subgrupo de sindicalistas, que encontra lugar (e legitimidade) graças ao movimento de expansão do campo de atuação do sindicalismo metalúrgico, iniciado nos anos 1990. Dito de outra forma, no campo sindical os capitais políticos oriundos de redes locais, em determinadas circunstâncias, ainda possuem um papel muito mais importante do que o capital internacional. Entretanto, a circulação internacional tem garantido lugares de destaque para os sindicalistas que nelas se engajam, e isso pode ocorrer em função do aprofundamento da divisão do trabalho no campo sindical. Entretanto, não se pode esquecer que o campo sindical é bastante instável do ponto de vista político, o que faz com que o foco de atuação principal tenha que ser deslocado de tempos em tempos (o que, em alguns momentos, pode significar em períodos bem curtos) em função da emergência de determinados problemas ou crises que precisam ser resolvidos com rapidez. Assim, em algumas situações a agenda local se sobrepõe à constituição de uma agenda internacional ou global; enquanto que, em outros períodos, a formação de redes internacionais de entidades sindicais poderá ser privilegiada em detrimento das demandas locais, bem como seus representantes situados em lugares de destaque na hierarquia interna do campo sindical.

Apresentaremos a discussão sobre o desenvolvimento da atuação sindical metalúrgica no âmbito internacional por meio da análise de uma trajetória individual.

Entre interesses nacionais e internacionais

“Nunca na história deste país os metalúrgicos tiveram tanto poder. A Presidência da República é ocupada por um deles. (...) Agora, outro operário assume um posto impensável para um sujeito que veste macacão. Há pouco mais de quatro meses, o metalúrgico Valter Afonso, 44 anos, assumiu um assento no Conselho Mundial de Administração da Daimler, uma potência (...) dona da marca Mercedes-Benz no Brasil.”

Essa é a introdução da reportagem intitulada “*Herr Companheiro*” publicada na *Isto é Dinheiro* de 22 de fevereiro de 2008. A entrada do dirigente sindical Afonso³ no Conselho Mundial de Administração da Daimler (CMAD) foi anunciada como um acontecimento extraordinário em diferentes meios de comunicação especializados em negócios e também pela imprensa sindical. E, de fato, a importância atribuída a esse evento não é exagerada: o CMAD não se trata de um organismo decorativo, pelo contrário, essa instância paritária – composta por 10 representantes dos acionistas e 10 representantes dos trabalhadores - define o plano estratégico que será adotado por todas as empresas que pertencem ao grupo Daimler, cujo faturamento em 2007 ultrapassou 150 milhões de dólares, com a venda de 2,1 milhões de veículos no mundo todo.

O CMAD foi criado em função de uma lei alemã, de 1972, que determinou o estabelecimento - em todas as empresas com mais de 200 empregados - de um Conselho de Administração paritário que reunisse representantes dos proprietários ou acionistas e representantes dos trabalhadores. O Conselho de Administração da Daimler, que se reúne a cada dois meses, tem o papel de fiscalizar a atuação da diretoria executiva das empresas do grupo, designar ou desligar diretores, aprovar planos de investimento, aportes de capital, fusões, vendas, aquisições ou encerramento de atividades de plantas produtivas. Em maio de 2007, quando a Daimler vendeu a divisão Chrysler, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Montadoras dos EUA renunciou ao seu cargo junto ao CMAD, e como seu

³ Trata-se de um nome fictício.

sucessor, a IGMetall (Sindicato dos Metalúrgicos da Alemanha) indicou o nome de Afonso, que naquele momento ocupava o cargo de secretário-geral da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT) e membro do Comitê Sindical (CSE) do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC na, então, DaimlerChrysler de São Bernardo do Campo - SP.

Afonso é o primeiro trabalhador de um dos países da América Latina a assumir um assento no CMAD. Embora tramite no parlamento alemão uma lei que torna obrigatória a “internacionalização” dos Conselhos das multinacionais de forma proporcional à presença das empresas no mundo, legalmente os Conselhos de Administração podem ser compostos somente por trabalhadores alemães. A partir de 1999, os representantes dos trabalhadores alemães do grupo Daimler têm convidado voluntariamente um representante não-alemão para compor a bancada de trabalhadores no CMAD.

A iniciativa da IGMetall de convidar um sindicalista brasileiro pode ser atribuída diretamente a três fatores: (i) o crescimento da importância das operações brasileiras no grupo Daimler; (ii) a estreita relação que se estabeleceu entre esse sindicato e os trabalhadores brasileiros das montadoras alemãs, desde os anos 1980, e finalmente; (iii) à posição que a categoria metalúrgica brasileira ocupa no espaço político nacional e internacional.

A participação de Afonso no Conselho foi referendada pelos trabalhadores na DaimlerChrysler de São Bernardo do Campo em uma assembléia, na qual o sindicalista se comprometeu a doar 100% dos bônus de participação no Conselho à Fundação Hans-Böckler da Alemanha, que realiza projetos de cooperação em países do “terceiro mundo” na áreas de saúde, formação sindical, juventude e gênero.

Citando ainda o discurso jornalístico, a reportagem da Isto é Dinheiro lança a seguinte questão: *“Mas quem é o sindicalista que, na prática, tem mais poder que o presidente da Mercedes-Benz do Brasil?”* E apresenta uma resposta: *“Afonso se define como socialista, embora não pregue a revolução ou o controle dos meios de produção pelos operários. As posições que o levaram a se filiar à corrente O Trabalho (de orientação trotskista) do PT, pertencem ao passado. De fala mansa e gestos contidos, ele destoa dos sindicalistas de sua geração. Técnico mecânico e graduado em geografia pela USP, o metalúrgico domina o inglês, o espanhol e o alemão.”*

Creio que podemos buscar elementos mais profundos para compreender a experiência de internacionalização de Afonso por meio da análise detalhada de sua trajetória. Para tanto, me apoio na entrevista que fiz com esse sindicalista durante minha pesquisa de doutorado, no primeiro semestre de 2003, e uma segunda entrevista em agosto de 2008.

Afonso ingressou na categoria metalúrgica em 1981, inicialmente no município de São Paulo, onde deu continuidade à militância política que havia começado no movimento estudantil secundarista. Em 1988, começou a trabalhar na Mercedes-Benz, ano em que Partido dos Trabalhadores (PT) se preparava para disputar sua primeira eleição presidencial e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), por sua vez, havia simbolicamente “encerrado” o seu período “heróico” com as resoluções que foram aprovadas no seu III Congresso, realizado nesse mesmo ano, que apontavam uma mudança clara no padrão de atuação dessa central sindical: da confrontação à proposição. (Rodrigues, 1997)

O fundamental na demarcação das mudanças que atingiram o “sindicalismo do ABC Paulista” nesse período, é o fato de que isso criou as condições para que Afonso pertencesse a uma “geração intermediária” entre os sindicalistas que lideraram o movimento grevista do final da década de 1970, os formadores do chamado “novo sindicalismo”, e as jovens lideranças da última década do século XX. Tendo iniciado sua trajetória na Mercedes-Benz no final da década de 1980, Afonso se destacou como liderança ao longo da década seguinte, sobretudo, na sua segunda metade, período de implementação, na fábrica de São Bernardo do Campo, do que se convencionou chamar de “reestruturação produtiva”. Esse processo exigiu uma profunda alteração nas práticas dos representantes dos trabalhadores das montadoras do ABC que, grosso modo, tiveram que descer dos carros de som para tomar assento em mesas de negociação coletiva.

O trabalho sindical, como todo trabalho ligado ao campo político, se constitui em uma ação instável que requer o aprendizado do conjunto de regras de funcionamento desse campo específico. (Bourdieu, 2005) O acúmulo de aprendizagens específicas conjugadas com certas características pessoais dos sindicalistas constitui uma espécie de capital militante, que permite ao seu detentor ocupar um espaço legítimo no interior da entidade da qual participa.

Entretanto, as práticas e conhecimentos específicos que sustentam a posição de legitimidade dos indivíduos podem ser esvaziadas de sentido por conta de alterações no funcionamento do jogo político mais amplo, o que exige dos seus participantes novas aprendizagens. Dito de outra forma, a instabilidade do campo político, sobretudo em momentos de profundas transformações como a última década para o sindicalismo brasileiro, pode conduzir a uma situação em que os sindicalistas perdem o domínio sobre as condições de funcionamento do campo sindical, que passa a apresentar novos desafios àqueles que se dedicam a esse trabalho, “empurrando-os” a redefinirem suas formas de ação para continuarem a ocupar a mesma posição. (Canêdo, 2002 e 2004; Rimbart e Crespo, 2004)

No caso aqui analisado, poderíamos dizer que a alteração na dinâmica das negociações entre trabalhadores e empresas na indústria automobilística, na última década, conduziu à necessidade de um novo padrão de militância sindical, menos conflitivo e mais propositivo. Consequentemente, os atributos valorizados e considerados indispensáveis na militância sindical foram alterados: o capital escolar foi convertido em um novo tipo de capital militante, não mais baseado na força física, no carisma ou na capacidade de confrontação, mas na capacidade leitura, argumentação, boa articulação em reuniões com a empresa, elaboração de propostas, domínio de outras línguas. (Mantoni e Poupeau, 2004; Wagner, 2004) A geração de Afonso foi responsável por concretizar essa mudança, e a trajetória desse sindicalista pode ser considerada exemplar do perfil de um restrito grupo de militantes que continua renovando os padrões da prática sindical no Brasil.

Afonso nasceu em 1964. Seus pais, oriundos do interior do estado de São Paulo, haviam se mudado para norte do Paraná no início da década de 1960, atraídos pelas oportunidades de emprego abertas pela expansão cafeeira. O pai de Afonso era contador e, no novo estado, investiu na formação de um escritório de contabilidade em sociedade com um amigo; no qual prestava serviços a torrefações e outros estabelecimentos ligados ao cultivo e comércio do café. Esse período de estabilidade financeira durou pouco, o refluxo dos negócios ligados à cafeicultura levou muitos estabelecimentos à falência, entre eles o escritório do pai de Afonso, que retornou à posição de empregado de nível técnico em empresas paulistas.

Assim, aos 3 anos de idade, Afonso se mudou com a família para São Paulo, onde iniciou sua escolarização, primeiramente em uma escola pública no bairro do Butantã e um pouco mais tarde na Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da USP, na qual ingressou por meio de um sorteio de vagas reservadas à “comunidade externa”. No final do primeiro grau, prestou o “vestibulinho” para cursar mecânica em uma Escola Técnica Federal, na qual iniciou sua militância política, seguindo os passos da irmã mais velha que já militava no movimento estudantil secundarista e no PT, mais especificamente, na corrente “O Trabalho”. Ainda durante o curso técnico, Afonso perdeu seu pai, o que colocou a família em uma situação financeira bastante vulnerável e acelerou sua entrada no mercado de trabalho: aos 16 anos de idade ele começou a trabalhar como office-boy, sendo promovido em seguida à função de auxiliar de escritório.

A origem do engajamento político e do interesse pelo movimento dos metalúrgicos do ABC guarda relação, de acordo com o depoimento de Afonso, com a repressão que caracterizou o período de formação de sua geração. A Escola de Aplicação, por exemplo, era o reflexo da repressão que se abatia sobre toda a Universidade de São Paulo.

“Quando eu ouvi falar do Lula, dessa história de greve aqui [no ABC], eu achava o máximo, por que? Porque eu vivia aquela repressão e eu identificava aquela repressão com o Estado, o regime militar e eu não gostava daquilo, por causa da repressão. Não por questão política nada, porque eu tinha 13, 14 anos, em 78 eu tinha 14 anos. Mas eu achava o máximo, porque ele [Lula] era um cara corajoso, que tava enfrentando, tava fazendo bagunça, não queria que tudo fosse certinho, então eu achava o máximo, porque ele tava bagunçando o coreto, não entendia nada, mas eu admirava...”

Em 1984, Afonso ingressou na USP para cursar geografia, no período noturno. No ano seguinte, ele começou a trabalhar no ABC Paulista e, sem seguida, se desligou d’O Trabalho. De acordo com sua entrevista, o rompimento com o corrente aconteceu em função do crescente envolvimento com o movimento sindical e do próprio trabalho na fábrica. Durante o movimento estudantil, diz ele, “era tudo teórico”, na fábrica, porém, começou a perceber que havia alguma dificuldade de unir teoria e prática, além da sua

discordância com a análise que considerava o movimento operário do ABC como “neo-pelego” e Lula como futuro traidor da classe trabalhadora: “*Grande idiotice! Um bando de nêgo que não tem coragem de fazer nada...*”

Afonso nunca trabalhou no chão-de-fábrica, ele ocupava um posto técnico na área de planejamento da produção. Em 1989, disputou sua primeira eleição para representação dos “trabalhadores mensalistas” (aqueles que não trabalham diretamente ligados à produção, tais como, aqueles que ocupam postos técnicos ou em escritórios), e pode, assim, na sua primeira década de experiência como sindicalista, participar diretamente de processos que alteraram significativamente as relações entre movimento operário e empresas:

“Foram mudanças de ambos os lados, não foi só da nossa parte. Eu acho que do nosso lado melhorou muito: compreender melhor o processo, compreender além dos muros da fábrica, em termos de categoria, de país, compreender a cadeia de fornecimento, os problemas políticos, a conjuntura econômica do país (...) Porque antes era um a luta, uma luta de classes pura e simples de confronto! Era nós contra eles! Nós reivindicamos, quando nós temos força nós impomos uma derrota a eles, quando eles têm força ele impõem uma derrota à nós. Confronto puro e simples! Eu acho que a partir de 92, 93 começou iniciar um processo, de amadurecimento de ambos os lados, com revezes, (...) eles retrocederam, nós também... Mas, evoluiu muito nessa questão do conhecimento. De tentar combinar a força da organização, da luta com poder de negociação, de articulação com outros parceiros, isso evolui muito. (...) A reestruturação produtiva, por exemplo, o sindicato não tinha nenhum acúmulo no início dos anos 90 e os sindicalistas tiveram que aprender na marra. (...) Então, nós tínhamos que entender o processo, resistir ao processo e poder ter possibilidade de negociar, de propor... Tinham dois caminhos que a gente podia seguir naquele momento, felizmente a gente seguiu o caminho do meio. A gente podia ser o caminho do confronto puro e simples, negação! E eles iam fazer de qualquer jeito! Ou a gente podia seguir a adaptação, acomodação, dizer: ‘é bom pra empresa, é bom pra nós!’ Modelo japonês, né? É bom pra empresa, é bom pro trabalhador! Que era de adaptação. E a gente optou pelo caminho do meio: ‘Ela [a empresa] vai fazer! Então, qual é a nossa contrapartida, nossas garantias, as nossas propostas pra implementar?’. Então, esse

era um ponto que a gente não tinha acúmulo nenhum, tivemos que aprender na raça, com o negócio acontecendo, tendo que investir, tendo que conquistar o espaço pra negociar! E isso foi um processo de formação muito intenso! Foi complicado... Viagens internacionais, o Dieese trabalhou muito nisso também.”

A reestruturação produtiva na Mercedes-Benz, que consolidou definitivamente o modelo sindical pautado na negociação, também inaugurou uma nova fase na relação com o IGMettal, Sindicato dos Metalúrgicos na Alemanha. Dos anos 1980 até meados da década de 1990 as relações foram marcadas por laços informais, fundados sobre a idéia da solidariedade de classe, que se concretizaram em atos de apoio, troca de informações e algumas poucas visitas de ambos os lados. Os primeiros contatos foram promovidos pela Igreja Luterana, que procurou trabalhadores das filias de multinacionais alemãs no ABC, para colocá-los em contato com os trabalhadores da matriz.

Assim, a reestruturação produtiva acelerou e adensou o processo de troca de experiências entre a Comissão de Fábrica da Mercedes-Benz e os sindicalistas alemães, visto que as alterações tanto na gestão da mão de obra quanto da organização do processo produtivo nas empresas multinacionais ocorreram, primeiramente, nas matrizes. As negociações da reestruturação produtiva levaram também à solicitação, por parte da Comissão de Fábrica, que a Mercedes-Benz custeasse algumas viagens à matriz e o curso de alemão para um representante. Afonso que já vinha se ocupando dos contatos internacionais porque dominava o idioma inglês, foi indicado para fazer o curso de alemão, foram três anos de aulas particulares diárias das 6h30m às 8h, antes do seu horário de trabalho.

Nos anos que se seguiram, a rede que já vinha se formando entre sindicalistas da Mercedes-Benz de outros países caminhou rumo ao estabelecimento de pautas comuns, bem como da discussão de acordos que previam garantias contra as conseqüências perversas da globalização econômica para os trabalhadores de todas as filiais. Em 2000, esses esforços foram concretizados na formação do **Comitê Mundial de Trabalhadores da**

Mercedes-Benz, no qual Afonso foi o primeiro representante brasileiro. Dois anos depois, o Comitê finalizou a negociação com a empresa do “*Marco Internacional de Princípios de Responsabilidade Social*”, que padronizou a conduta do grupo Daimler diante das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e foi seguido pelo “*Acordo sobre saúde e segurança no trabalho*”, em 2006. Esse conjunto de ações parece indicar a entrada do movimento sindical brasileiro na lógica transnacional de debates sobre o trabalho, na qual a OIT atua como a “arena internacional” de arbitragem de situações nacionais e promotora de uma “agenda” prescritiva de debates, que é tida como legítima e necessária. (Kott, 2008) No caso do Brasil, a principal reivindicação girava em torno da demanda da Comissão de Fábrica para que a Mercedes-Benz assumisse responsabilidade sobre as condições de trabalho e salário dos seus fornecedores e das empresas contratadas como terceiras.

Embora a formação do Comitê Mundial de Trabalhadores seja percebida como um grande avanço na organização internacional dos trabalhadores, em geral, e na política internacional do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em particular, Afonso admite que o potencial de intervenção dessa instância é limitado. Um dos exemplos apresentados é da preocupação em se evitar o fechamento de fábricas em diferentes países, que constitui uma questão chave para as filiais, e fica dependente de instâncias decisórias “maiores”, mais especificamente, daquelas que deliberam sobre a gestão financeira da empresa.

Nesse sentido, a entrada de Afonso no CMAD é sentida como um avanço, um passo à diante na ampliação do escopo de ação dos sindicalistas metalúrgicos, é o alcance de um novo patamar de “participação”. Segundo Donadone e Grün (2001:123), o termo “participação” no caso dos trabalhadores teve seu significado alterado e adaptado ao longo das décadas de 1970 e 1980, com uma tendência ao afastamento do sentido de “participação política” e uma aproximação do entendimento da participação como uma ferramenta e atributo gerencial. De acordo com os autores, “*longe de ser um problema de falta de precisão do conceito de ‘participação’, esta plasticidade é justamente a condição para sua difusão e introdução de maneira concreta no ambiente organizacional brasileiro*”. Penso que a participação dos trabalhadores nas

decisões relacionadas à gestão de mão-de-obra e implementação de mudanças organizacionais, que foi tomada como uma grande novidade nos anos 1990, pode estar sendo superada por um nível de participação que avança cada vez mais para o cerne do funcionamento das empresas.

Os representantes dos trabalhadores das multinacionais brasileiras, de acordo com o depoimento do Afonso, têm percebido que a atuação voltada somente para as diretorias executivas no Brasil não é suficiente para garantir que seus representados não sejam afetados por decisões administrativas, que são tomadas pelos representantes dos acionistas em um plano global, sobre o qual as diretorias “locais” não têm nenhum poder. O discurso oficial da CNM/CUT é de que a superação dessa situação passa pelo investimento crescente na política internacional dos sindicatos da categoria metalúrgica, tendo em vista formar comitês mundiais que atuem diretamente junto aos quadros dirigentes dos conglomerados industriais, ou mesmo, quando for possível, passar a compor esse quadro e ter palavra e voto na determinação dos rumos das empresas. Vale destacar que, para além dessa atuação diretamente ligada às empresas, a CNM também tem investido fortemente na expansão da sua atuação no movimento sindical internacional e, sem dúvida alguma, Afonso teve um papel de destaque no desenvolvimento dessa política da entidade. Nesse sentido, duas ações merecem destaque: a aproximação com a Federação Internacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (FITIM) e a criação da Revista Brasil Metal-Internacional, definida como *“boletim informativo eletrônico sobre as questões internacionais que afetam os metalúrgicos brasileiros”*.

De fato, o acesso privilegiado a determinadas informações tem possibilitado ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC antecipar suas ações, tendo em vista minimizar perdas ou potencializar ganhos a partir das tomadas de posição do CMAD. Na prática, essa situação tem se convertido em ações de colaboração direta entre diretores e representantes dos trabalhadores na administração da empresa. Como ocorreu na bem sucedida estratégia do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC para garantir que parte do investimento de R\$1 bilhão, deliberado pelo CMAD em 2008, fosse retido na fábrica de São Bernardo do Campo e, como acabou acontecendo, redundasse em um ganho para toda a região do ABC Paulista.

Entretanto, é preciso que se investiguem os efeitos políticos dessa nova modalidade de atuação sindical. Os dados que temos coletado nos permitem lançar a hipótese de que a cena sindical do ABC Paulista vem assistindo a um processo de consolidação de duas dimensões de práticas sindicais: (i) a primeira dimensão está relacionada às negociações locais e (ii) a segunda dimensão está relacionada às ações feitas “pelo alto”, nas quais o objetivo central é, na verdade, possibilitar ao movimento sindical se antecipar à necessidade de negociar.

Portanto, se já foi possível aos analistas do movimento sindical constatar uma oposição entre “sindicalismo de contestação” e “sindicalismo de negociação”, atualmente nos confrontamos, em diferentes países, com uma situação marcada pela disputa entre um “sindicalismo de campo” e um “sindicalismo realizado pelo alto”. (Wagner, 2005)

Assim, de um lado, temos o grupo de sindicalistas que tem conseguido participar dessa esfera de atuação começa a ocupar cargos de destaque no SMABC e na CNM/CUT, rumo a uma posição dominante no campo sindical. E, no outro extremo, se encontram os sindicalistas que se mantêm ligados ao trabalho de base, ou melhor, à representação no âmbito da empresa.

Pensando no caso específico da dinâmica das práticas sindicais na Mercedes-Benz, podemos demarcar três grandes momentos: 1. Confrontação; 2. Negociação dos conflitos; 3. Equilíbrio desconcertante. A relação da empresa de origem alemã com o movimento operário foi marcada pela truculência até a década de 1980, é preciso lembrar, por exemplo, que a Mercedes-Benz foi a última montadora do ABC a reconhecer a Comissão de Fábrica como instância legítima de representação dos trabalhadores no interior da empresa, em 1985. A década de 1990, por sua vez, foi marcada pela “era das negociações”, o que não significou a ausência de conflitos, pelo contrário, os acordos coletivos que foram firmados entre a empresa e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC são resultado de um processo bastante conturbado, durante o qual a Mercedes-Benz chegou a romper com compromissos assumidos, o que fez com que os dirigentes sindicais se retirassem das negociações. (Bresciani, 2001 e 2002) Atualmente, quase no final da primeira década do século XXI, alguns sindicalistas “formados” pelo movimento sindical

da Mercedes-Benz ocupam lugares estratégicos no campo sindical brasileiro e se lançam em novas empreitadas, como a organização internacional dos trabalhadores, enquanto os representantes de base parecem sofrer de um processo de “esvaziamento de pauta”, segundo suas próprias declarações. Predomina na fábrica da Mercedes-Benz de São Bernardo do Campo um clima de equilíbrio entre as (poucas) demandas dos trabalhadores e as (rápidas e satisfatórias) respostas oferecidas pela empresa. A sensação de estabilidade nas relações de poder no interior da fábrica parece indicar aos representantes dos trabalhadores nos locais de trabalho que suas tarefas atuais não têm importância alguma, visto que não há graves problemas a serem resolvidos nem negociados, ao mesmo tempo, a satisfação dos trabalhadores esvazia as discussões de caráter político. Nas palavras de um membro da Comissão de Fábrica: *“Negociamos um PLR (acordo de participação nos lucros da empresa) de 9 mil [reais] para cada trabalhador... A Mercedes parece um pai de filho mimado, se o filho começa a chorar, ela já enfia a mão no bolso e dá o ‘dinheiro... Hoje é fácil ser sindicalista...”*

Qual seria a origem desse sentimento incômodo de ausência de pauta para alguns sindicalistas, enquanto para outros as tarefas parecem cada vez mais amplas e complexas? Minha hipótese é que esse mal estar tem relação com a hierarquia que se estabeleceu no movimento sindical entre as “grandes tarefas” e as “tarefas menores”, ou seja, entre a participação em altos níveis de decisão e a participação nas micro-decisões do cotidiano fabril. As prováveis desconexões entre as interpretações do presente e as expectativas para o futuro desses dois grupos de sindicalistas revelam profundas diferenças nas suas trajetórias sócio-profissionais e, portanto, no acesso a determinados recursos culturais, sociais e simbólicos determinantes na constituição do desempenho na militância política. Logo, o grupo que contava com maiores recursos objetivos e subjetivos para se lançar no investimento de construir um *“capital internacional de competências e de relações”* acaba por se fortalecer ainda mais no plano nacional, como representantes dos interesses “mais amplos” da categoria metalúrgica, que estariam situados no plano internacional. (Dezalay, 2004)

Sendo assim, embora a posição de sindicalistas como Afonso possa ser ambígua e nem sempre a agenda global seja pensada como mais

importante do que a agenda local (sendo que, em algumas situações, interesses globais, nacionais e regionais parecem estar praticamente em oposição), não resta dúvida de que a circulação internacional tem garantido a alguns sindicalistas um lugar legítimo, não mais fundado no contado direto com a base de trabalhadores.

Bibliografia

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, F.V. (org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006:41.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. **Usos e abusos da História Oral**. In: FERREIRA, M. M. e AMADO, J. (orgs.) Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____ Comprendre. **La misère du monde**. Paris :Seuil, 1993.

_____. **Le sens pratique**. Paris : Les Éditions de Minuit, 1980.

_____. Futuro de classe e causalidade do provável. **Escritos de Educação**.(Org. Nogueira, Maria Alice e Catani, Afrânio). São Paulo: Vozes, 1998.

_____ A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, P. avec Wacquant, L.J.D. **Réponses**. Paris: Seuil, 1992.

BURKE, Peter. **Veneza e Amsterdã – Um estudo das Elites do século XVII**. São Paulo Brasiliense, 1991.

BRESCIANI, Luís Paulo. **O contrato da mudança. A inovação e os papéis dos trabalhadores na indústria brasileira de caminhões**. Tese de doutorado. Campinas: IG/UNICAMP, 2001.

BRESCIANI, Luís Paulo, QUADROS, Ruy. *A inovação e os papéis dos trabalhadores: o caso da Mercedes-Benz*. In: NABUCO, Maria Regina, NEVES, Magda de A., CARVALHO NETO, Antonio M. **Indústria Automotiva: a nova geografia do setor produtivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CANÊDO, L. B. Heritage en politique ou comment acquerir les dispositions et competences nécessaires aux fonctions *de representations politique (1948-1964)*. **Cahiers du Brésil Contemporain**, n 47/48, 2002.

_____ *Heranças e aprendizagens na transmissão da ordem política brasileira (1945/2002)*. **Cadernos CERU**, São Paulo/USP, v. 15, 2004.

COSTA, H. A. *O sindicalismo, a política internacional e a CUT*. **Lua Nova**. N 64, 2005.

_____ **Sindicalismo global ou metáfora adiada?** Discursos e práticas transnacionais da CGPT e da CUT. Lisboa: Edições Afrontamento, 2008.

DEZALAY, Y. *Les courtiers de l' internationale*. **Actes de la recherche en sciences sociales**, no. 151-152, 2004.

DONADONE, J.C, GRÜN, R. *Participar é preciso! Mas de que maneira?* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Volume 16, n 47, outubro/2001.

FILLIEULE, O. Propositions Pour Une Analyse Processuelle de l'Engagement Individuel. *Revue Française de Science Politique*, Vol 51, nº 1-2, février-avril, 2001.

KOTT, S. *Une "communauté épistémique" du social? Experts de l'OIT et internationalisation des politiques sociales dans l'entre-deux-guerres*. **Genèses – Actions sociales transnacionales**. N 71, juin, 2008.

MANTONI, F., POUPEAU, F. *Le capital militant. Essai de définition*. **Actes de la recherche en sciences sociales**, no. 155, 2004.

PUDAL, B. **Prendre Parti – pour une sociologie historique du PCF**. Paris : Presses des Sciences Politiques, 1989.

_____ Da militância ao estudo do militantismo: a trajetória de um politólogo. **Pro-Posições** .. 2009, vol.20, n.2, pp. 129-138.

RIMBERT, P., CRESPO, S. *Devenir syndicaliste ouvrier – "journal" d'un délégué de la métallurgie*. **Actes de la recherche en sciences sociales**, no. 155, 2004.

RODRIGUES, I.J. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT**. São Paulo, SCRITTA/ Fapesp, 1997.

_____ *Um laboratório das relações de trabalho: o ABC Paulista nos anos 90*. **XXV Encontro Anual da ANPOCS**. Seminário Temático: "Trabalhadores, Sindicato e a Nova Questão Social." Caxambu, 2001.

- RODRIGUES, L. M. **Destino do sindicalismo**. São Paulo, Edusp, 1999.
- SANTANA, M. A., RAMALHO, J. R. (orgs) **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- TOMIZAKI, K. **Ser metalúrgico no ABC: transmissão e herança da cultura operária entre duas gerações de trabalhadores**. Campinas, Editora Arte Escrita/Centro de Memória da Unicamp/FAPESP, 2007.
- TOMIZAKI, Kimi e ROMBALDI, Maurício. Construindo a legitimidade: reflexões sobre as transformações das práticas de militância no movimento sindical. **Pro-Posições**, 2009, vol.20, n.2, pp. 93-112.
- WAGNER, A. *Syndicalistes européens: les conditions sociales et institutionnelles de l'internationalisation des militants syndicaux*. **Actes de la recherche en sciences sociales**, no. 155, 2004.
- _____ **Vers une Europesyndicale**. Une enquête sur la confédération européenne des syndicats. Éditions de croquant/savoir/agir, 2005.